

## **COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.370, DE 2006 (MENSAGEM Nº 768/05)**

Aprova o texto da Adoção de Emendas à Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Emissão de Certificados e Serviço de Quarto, 1978.

**Autora:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

**Relator:** Deputado HUGO LEAL

## **I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.370, de 2006, proposto pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, cujo intuito é aprovar o texto da Adoção de Emendas à Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Emissão de Certificados e Serviço de Quarto.

De acordo com a Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, a constante evolução tecnológica no campo da navegação e a apuração das causas de diversos acidentes navais conduziram à necessidade de se promover alterações na citada Convenção, aprovada internamente por meio do Decreto Presidencial nº 89.822, de 1984.

A finalidade das emendas ao texto da Convenção, acatadas no âmbito da Organização Marítima Internacional entre os anos de 1991 e 1998, é reduzir a possibilidade de erros de conduta na navegação marítima, por intermédio da padronização de procedimentos e do aperfeiçoamento profissional, exigências de uma atividade em que o grau de interação entre nacionais e estrangeiros é muito grande.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A via marítima constitui o principal meio para o transporte de mercadorias no comércio mundial. Trata-se de um espaço em que convivem embarcações e tripulações dos mais diversos tipos e nacionalidades, sujeitas, por isso mesmo, a regras de tráfego e de segurança acordadas internacionalmente no âmbito da Organização Marítima Internacional - OMI, agência especializada das Nações Unidas para assuntos técnicos que digam respeito à navegação comercial.

Uma das maiores preocupações dos Estados integrantes da OMI, desde a sua criação, em 1943, tem sido a padronização de regras e procedimentos no que respeita à salvaguarda da vida humana no mar e à formação profissional do marítimo, matérias consideradas no corpo da Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Emissão de Certificados e Serviço de Quarto.

As seis emendas ao texto da Convenção, acatadas no âmbito da OMI entre os anos de 1991 e 1998, e agora submetidas à aprovação do Parlamento brasileiro, constituem um ajuste necessário àquele concerto, tendo em conta o aparecimento e a difusão de novas tecnologias ligadas às áreas de comunicação e de orientação, bastante úteis à navegação marítima. Não menos importantes para a decisão internacional de promover alterações na referida Convenção foram as conclusões de investigações de acidentes marítimos ocorridos nas últimas décadas. Ficou patente, como salienta a Exposição de Motivos encaminhada pelo Ministro de Estado das Relações

Exteriores, que a formação deficiente ou incompleta do marítimo pode estar a responder pelos diversos casos de erros humanos que conduziram e ainda conduzem à ocorrência de acidentes na navegação.

Nesse sentido, é válido e oportuno o esforço que se empreende no sentido de alterar a norma internacional, impregnando-a dos mais recentes conceitos atinentes à segurança da navegação.

No exame específico das emendas propostas ao texto da Convenção, nada se revelou que pudesse justificar a recusa da proposição encaminhada pela Comissão de Relações Exteriores.

**Assim sendo, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.370, de 2006.**

Sala da Comissão, em 18 de abril de 2007.

Deputado HUGO LEAL  
Relator